

GUIA POLITICAMENTE INCORRETO
DA HISTÓRIA DO BRASIL

Obra resenhada:

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. São Paulo: Leya, 2009. 319 p.

Ivan Sérgio Freire de Sousa¹

Os problemas envolvidos na classificação e na padronização da vida social têm sido alvo de minhas preocupações de estudo há quase uma década. De fato, venho escrevendo um livro sobre esse assunto. Nele, a classificação e a padronização são discutidas dentro de contextos interativos que ressaltam suas características de automatismo, de hábito, de reprodução de valores e de comportamento. Classificar é seguir uma regra adrede preparada no intuito de oferecer coerência a um corpo de ideias, buscando fortalecê-lo.

Para se ter um breve exemplo da importância e das implicações da classificação na vida social, basta lembrar alguns acontecimentos dos séculos 17 e 18 com relação aos estudos dos naturalistas. Sabe-se que, naquele período, a dominação europeia sobre a América carecia de uma teoria científica (classificatória) que desse fundamentos lógicos e empíricos à supremacia europeia pela inevitável “demonstração” da inferioridade do Novo Mundo. Toda a diversa paisagem natural da América foi alvo desse veículo classificatório: seu ar, seu clima, seus pântanos, seus habitantes, seus animais, sua vegetação, suas terras, suas montanhas, seus vulcões.

Fundadas num conjunto classificatório de raízes puramente europeias, emergiram teses as mais diversas – todas cumprindo o seu papel detratador. Entre essas, estão a do continente encharcado; a da inundação tardia; a da debilidade

¹ Sociólogo, Doutor em Sociologia Rural, pesquisador do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento (DPD) da Embrapa, Parque Estação Biológica - PqEB s/n°, Edifício Embrapa Sede, 3° andar, Av. W3 Norte (Final), CEP 70770-901 Brasília, DF. ivan.sousa@embrapa.br

ou imaturidade das Américas; a dos efeitos mortíferos da descoberta da América para os europeus; a da degeneração orgânica; a dos influxos nefastos do ambiente físico americano; a da predisposição natural para a escravatura nas regiões cálidas, lascívia e debilitantes; a da carência de pelos nos homens americanos; e alguns outros disparates de cientificidade duvidosa e nunca efetivamente comprovados (inaptidão masculina para o sexo; homens com leite nas mamas; pássaros não canoros; origem americana da sífilis; indistinção entre o homem americano e os animais). De larga aceitação entre os estudiosos europeus da época (sendo um dos seus expoentes o matemático, físico e naturalista francês Georges-Louis Leclerc, Conde de Buffon, 1707–1788), essas teses moldaram classificações e entendimentos que em tudo menosprezavam o Novo Continente. Tais noções geraram preconceitos, que facilitaram e ofereceram fundamentos à tarefa dos seus detratores.

Na vasta obra de Buffon, só uma parte muito específica e diminuta é dedicada à teoria climática. Ocorre que essa parte limitada teve grande repercussão. O importante aqui é reter o fato que, de tais ilações, foi montada toda uma lógica “científica” classificatória para comprovar que as variedades animais da América do Sul exteriorizavam – no seu tamanho, debilidade, covardia e mesquinhez – fatores adversos do solo (umidade) e da temperatura. Uma série de outros estudiosos se valeu dessa parte da obra de Buffon para difundir teses detratórias às Américas, sobretudo à América do Sul. Seguiram um modelo e passearam ou escreveram dentro de categorias que não criaram e não investigaram. Apenas reproduziam um carimbo, um rótulo. Com base nesse carimbo ou nesse rótulo, essas pessoas pouco estudiosas, mais ideólogos que pesquisadores, escreviam sobre a América exatamente o que os europeus esperavam ler, seguindo todos uma trilha completamente diferente daquela que veio a ser tomada mais adiante por naturalistas de alta competência investigativa, como Humboldt e Darwin. Mas isso tudo é uma outra história.

Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil lida com a questão classificatória do rótulo e dos modelos de outra maneira. O livro trata diretamente da classificação ideológica e pouco investigativa de parte considerável da historiografia brasileira que separa bandidos de mocinhos, seguindo, acriticamente, a dicotomia de heróis e traidores, bons e maus – tudo de acordo com um fio condutor coerente, mas não necessariamente fiel aos dados da realidade. São pessoas que fazem dos seus escritos e relatos algo

comovedoramente monótono, com resultados previamente definidos desde a elaboração da ideia e do desenho da “pesquisa” até às conclusões finais.

O livro chegou às minhas mãos de forma bastante casual. A maneira meio provocativa e meio despreziosa do título, acrescida de uma rápida folheada nas suas páginas iniciais, decidiu a minha aquisição. Vi que se tratava de algo não muito comum entre nós. Além disso, clamava por originalidade, por empenho investigativo. Não me arrependi da leitura. O autor, jornalista Leandro Narloch, do qual não lembro ter lido nada anteriormente, escreve com fluência e clareza para um público amplo e não necessariamente especializado. Mais importante do que tudo, aborda tema de grande importância em relação ao qual poucos se aventuram a escrever. Ele o faz com coerência.

O livro é de leitura necessária para todos, principalmente os jovens. Não só para aqueles que, por este momento, estão sendo admitidos na universidade, mas também para aqueles outros mais experientes, que cursam mestrado e doutorado. O livro ajuda a esclarecer e desmontar armadilhas que são colocadas no caminho dos que buscam ser originais em termos de investigação científica. Alerta para as facilidades enganosas do clichê na vida acadêmica, tão prezado pelos que carregam preguiça mental congênita ou adquirida.

A preocupação do autor é mostrar o quão insuficiente é a historiografia politicamente correta (assim como o foi o naturalismo enviesado – politicamente correto para o seu período – com relação à vida e ao território da América do já mencionado Buffon). Nesse tipo de historiografia, diz o autor:

os ricos só ganham o papel de vilões – se fazem alguma bondade, é porque foram movidos por interesses. Já os pobres são eternamente ‘do bem’, vítimas da elite e das grandes potências, e só fazem besteira porque são obrigados a isso (p. 22 e 23).

O livro começa de forma não convencional, com a apresentação de um pequeno formulário com alguns espaços em branco. O autor sugere que em alguns deles se preencha o espaço com o nome de qualquer país pobre. Em outros, que se coloquem os nomes de algumas nações ricas do hemisfério norte. Em outros ainda, que se escolha uma das opções fornecidas entre parênteses. Se o leitor tinha alguma dúvida a respeito do que trata o livro e o que combate, vai sair desse pequeno teste sabendo como é feita parte significativa da historiografia brasileira – a historiografia politicamente correta. A esse respeito diz o autor:

Este guia reúne histórias que vão diretamente contra ela [a historiografia politicamente correta]. Só erros das vítimas e dos heróis da bondade, só virtudes dos considerados vilões. Alguém poderá dizer que se trata do mesmo esforço dos historiadores militantes, só que na direção oposta. É verdade. Quer dizer, mais ou menos. Este livro não quer ser um falso estudo acadêmico, como o daqueles estudiosos, e sim uma provocação. Uma pequena coletânea de pesquisas históricas sérias, irritantes e desagradáveis, escolhidas com o objetivo de enfurecer um bom número de cidadãos (p. 25).

Assim, Leandro Narloch parte para a sequência de capítulos bem escritos, a maioria deles de grande objetividade crítica. Em alguns força um pouco, como ao buscar um viés de censor em Machado de Assis, por este ter assumido essa função no conservatório dramático da corte do imperador D. Pedro II. O mesmo acontece em outros capítulos, como o dedicado a Santos Dummont. Mas não podemos perder a perspectiva do seu esforço de exhibir o que se esconde, seja por não se pesquisar, seja ainda por se seguir um padrão politicamente correto e pouco criativo de se fazer história.

O tratamento que Narloch oferece à compreensão do indígena deve fazer corar muitos historiadores e antropólogos relacionados a esse assunto (entre os quais alguns se dão o título de especialistas). Nessa área, verdadeiros dogmas culturais pairam soberanos, pondo obstáculos às novas formulações, restringindo a elaboração de novos questionamentos, e coagindo o desenvolvimento e até mesmo a emergência de mentes inovadoras. Talvez, por isso mesmo, Narloch se utilize de subtítulos como “quem mais matou índios foram os índios”; “os índios perguntam: onde estão os índios?”; “os portugueses ensinaram os índios a preservar a floresta”; e “o contato também matou milhões de europeus”. Esses subtítulos não apenas impactam o leitor tradicional da historiografia militante e politicamente correta – desabitado, portanto, a tentar reformular questões antigas e bem comportadas –, mas também os deixa atordoado. Exibem o outro lado da moeda. Questionam áreas de antigas certezas. Problematizam o tradicionalmente não problematizável. Tudo isso dá bem a dimensão antitabu de que Leandro Narloch se utiliza para a discussão de capítulo que ele intitula de *Cinco verdades que você não deveria conhecer*.

O capítulo seguinte trata da escravidão no Brasil. Bem dentro do seu estilo nessa obra, começa citando o caso ocorrido por volta de 1830, do escravo José Francisco dos Santos, apelidado de “Zé Alfaiate”. Ao ver-se livre, o ex-cativo foi trabalhar no comércio de escravos. Diz o texto:

Voltou à África e se tornou traficante de escravos. Casou-se com uma das filhas de Francisco Félix de Souza, o maior vendedor de gente da África atlântica, e passou a mandar ouro, negros e azeite de dendê para vários portos da América e da Europa (p. 69).

Em pleno dinamismo das suas atividades comerciais, no dia 22 de outubro de 1846, o mesmo Zé Alfaiate escreveu uma carta para um comerciante baiano. Relatava alguns problemas que tivera na marcação dos escravos que enviava. Narloch reproduziu um trecho da carta no seu livro. Diz o seguinte:

Por esta goleta [*uma espécie de escuna*] embarquei por minha conta em nome do sr. Joaquim d'Almeida 20 balões [*escravos*] sendo 12 H. e 8 M. com a marca '5' no seio direito. Eu vos alerto que a marca que vai na listagem geral é 'V seio' mas, como o ferro quebrou durante a marcação, não houve então outro remédio senão marcar com ferro '5' (p. 70).

Esses são exemplos típicos dos capítulos que compõem o trabalho elaborado por Leandro Narloch. Ele busca derrubar preconceitos e o faz buscando apresentar uma visão da história com base em outros pontos da escala social que formava os diversos períodos estudados. Busca o contraditório para colocar em cheque afirmações consagradas e comumente repetidas. A sua recomendação é uma só: que se faça uma leitura histórica sem rótulos. Em outras palavras, pede que o pesquisador pesquise. Que faça indagações próprias e pertinentes à situação problemática estudada. Que se abstenha de seguir e aceitar rótulos. Que inove. Que busque, enfim, a originalidade e a descoberta.

Nessa medida – ao buscar um comportamento interpretativo sem rótulos –, o livro é importante e recomendável para uma vasta gama de intelectuais. Isso é o caso, por exemplo, para todos aqueles que lidam com o estudo e interpretação da ciência e da tecnologia no Brasil, assim como para os que trabalham com o processo de desenvolvimento nas suas mais diversas dimensões, como a econômica, agrícola, social, ecológica, política e ideológica. Todas essas, como a interpretação histórica do Brasil, são áreas minadas com o carimbo ideológico da interpretação fácil, da classificação já preparada. Ciência, tecnologia e o desenvolvimento em geral têm marcas históricas, além de serem componentes importantes da própria história.

Talvez a parte mais pobre do livro seja exatamente o seu último capítulo, mas essa é uma observação muito pessoal. O importante em todo o trabalho é a luta por se pensar diferente a história do Brasil, por se colocarem de lado as lentes tradicionais e viciosas para enxergar o nosso passado.

